

PÓS-MODERNISMO, HISTÓRIA ANTIGA E ARQUEOLOGIA: ALGUMAS REFLEXÕES

Paulo Pires Duprat*

Fazer ciência é resistir¹

RESUMO: Nada poderia desapontar mais um historiador do que ver seu trabalho sendo usado por negadores do Holocausto. Mas o que podemos aprender com isso? Vamos destacar alguns reflexos do pós-modernismo nos estudos da História Antiga e da Arqueologia, oferecendo algumas considerações sobre relativismos, o direito de escolha e o dever de engajamento que se espera de um historiador em sua sagrada missão de contestar o conservadorismo e resistir ao *status quo*.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-modernismo. Arqueologia. História Antiga. História do cotidiano.

POSTMODERNISM, ANCIENT HISTORY AND ARCHAEOLOGY: SOME REFLEXIONS

ABSTRACT: Nothing could disappoint more an historian than perceive his work is being used by Holocaust deniers. But what can we learn from this? We aim to highlight some reflections on postmodernism in the studies of Ancient History and Archeology, offering some insights about relativisms, the right of choice and the engagement duty expected from the historian in his sacred mission to defy conservatism and resisting the *status quo*.

KEYWORDS: Postmodernism. Archaeology Ancient History. History of daily life.

* Doutorando em História pela Unicamp, sob orientação de Pedro Paulo Abreu Funari. Servidor público federal desde 2005, atuando como bibliotecário, lotado na FAU/UFRJ. E-mail: pdduprat@yahoo.com.br, (<https://orcid.org/0000-0003-0183-7622>).

¹ Henri Hauser a Lucien Febvre, em carta de 2 de junho de 1942 (apud DUMOULIN, 2017: 267, nota de rodapé).

Nada enfurece mais os historiadores pós-estruturalistas do que a acusação de que seu relativismo possa estar servindo à aviltante posição dos negadores do Holocausto, que estariam se aproveitando de seu trabalho para apregoar que a *Shoah* foi um evento histórico como outro qualquer, diluindo a gravidade dos crimes dos nazistas e a culpa que sobreveio no pós-guerra. A crença dos pós-estruturalistas de que a realidade e, por extensão, o passado, seriam incognoscíveis e que apenas o idioma e as representações seriam importantes² está no cerne da questão. De tal modo que os negadores exploram tanto o relativismo quanto o reconstrucionismo inerentes à teoria para perpetrar os seus objetivos escusos. Embora este viés interpretativo possa favorecer oportunistas, também serve para transcender interpretações históricas conservadoras. E os historiadores possuem o livre-arbítrio para escolher a posição que lhes parece mais justa. Seria o caso de tecer algumas considerações por esta ou aquela aplicação de um viés interpretativo, quais seriam mais ou menos lícitas? Parece ser uma boa oportunidade.

A ascensão do pós-estruturalismo deve muito ao clima cultural geral em que foi gestado. Poderíamos também invocar a estrutura do emprego acadêmico, as tensões entre historiadores em universidades antigas e novas, conflitos geracionais e mesmo de gênero. Acreditamos que nunca devemos assumir posições extremas em relação ao pós-estruturalismo ou à história “convencional”. Vieses interpretativos são apenas ferramentas e costumam ser úteis quando bem empregados. A contradição se deve às ambiguidades intrínsecas da teoria pós-estruturalista, em particular na hora de decidir se a análise deve se concentrar apenas na linguagem, ou se devemos considerar que a linguagem está relacionada ao contexto e, então, o que significa “contexto”? No que tange ao tema, concordamos com a visão de Bakhtin

² (PASSMORE, 2010: 118).

sobre a linguagem, que incorpora os pontos fortes do pós-estruturalismo e ainda oferece uma visão mais frutífera da linguagem para a prática histórica.³

Muitas vezes, os termos pós-modernismo e pós-estruturalismo são utilizados como se fossem intercambiáveis, mas, para o nosso propósito, será mais útil ver o primeiro como uma categoria mais ampla, que abrange uma variedade de tendências na cultura contemporânea que compartilham a convicção de que o foco apropriado da investigação artística e intelectual é “representação” ao invés de “realidade”. De tal forma que pós-modernos não acreditam que seja possível descobrir significados baseados em “verdade”, uma vez que só podemos acessar um reflexo difuso daquilo que aconteceu no passado. Como se essa inconformidade já não bastasse, os registros históricos são feitos por inúmeras pessoas, testemunhas diretas ou indiretas do “fato”, que vão recorrer às suas memórias imperfeitas, confusas e seletivas para “gravar” os acontecimentos para, em um momento posterior, decodificá-los através dos nossos sistemas de linguagem eivados de imprecisões, para, a seguir, serem lidos por pessoas que vão interpretá-las segundo seus respectivos arcabouços culturais e interesses pontuais. Há, também, as implicações da velha máxima: “quem conta um conto, aumenta um ponto”. Diante do exposto, na melhor das hipóteses, o que temos são interpretações diversas; por isso, ao invés de “História”, preferimos “histórias”, ou seja, versões. Mas isto não quer dizer que o ofício dos historiadores não tenha validade ou que não valha a pena se pautar por um trabalho de excelência. Decerto que há pesquisas que contribuem mais do que outras. Isto é normal, dado ao caráter diverso das contribuições e do talento dos respectivos

³ Bakhtin (1895-1975) argumentava que a linguagem deveria ser analisada como um sistema dinâmico no qual o escritor, o leitor e o contexto todos trabalham juntos para produzir significado. Em outras palavras, o significado surge do diálogo entre as pessoas - é dialógico. A linguagem é dialógica no duplo sentido de que o escritor se baseia nela e a modifica sob todos os tipos de ideias pré-existentes, seja de forma deliberada ou subconsciente.

autores. A cada caso, uma metodologia se impõe e nos resta abraçá-la. Se seguirmos certos critérios, sempre será possível contribuir para o campo e avançar. Nem que seja por contraste.

PÓS-MODERNISMO

Em entrevista à Revista Cultura Vozes, o sociólogo francês Pierre Bourdieu descartou a relevância teórica do chamado pós-modernismo, considerando-o como “uma bobagem”. Bourdieu alegou, em paradoxo, que se desenvolvem “longos discursos” para justificar a pretensa inviabilidade atual das “longas narrativas”. De fato, o pós-modernismo parece, por vezes, mais um amontoado de *slogans* sobre o fim da modernidade e sobre a “sociedade pós-industrial» do que uma elaboração teórica que se pretenda filosófica. O que não impediu, no entanto, que o clima intelectual por ele instaurado se revelasse um tanto corrosivo. A crítica à modernidade realizada pelo pós-modernismo não se cinge apenas à hipertrofia da razão instrumental, mas ao conjunto da racional Idade Moderna e, em especial, à racionalidade marxista. Daí, por generalização, a decretação categórica da inviabilidade de qualquer síntese explicativa do “real”. Em seu lugar, propõe-se uma tarefa que muitos consideram empobrecedora: se não podemos alcançar uma síntese totalizante do real, que nos concentremos na análise do fragmentário, do efêmero, das singularidades irreduzíveis. Se não é mais possível vislumbrar um sentido na história, que se refugie à razão nas particularidades desconexas do cotidiano. (ALMEIDA, 1999: 86-7).

Em 1966, o crítico literário Hayden White argumentava que as escritas históricas eram estruturadas pelas clássicas formas literárias da trama (ou alegorias) - cômicas, trágicas, satíricas e românticas - e que isto teria moldado as formas da escrita histórica, mais do que as evidências. De tal modo que

a escrita histórica seria algo comparável à ficção. Já temos aqui a posição cética de que a História seria “apenas uma estória” (PASSMORE, 2010: 121). O exagero proferido por White é o cerne na questão: tal afirmação causa insegurança, dá a desoladora sensação de que a missão do historiador seria inalcançável, causa ingloria. Segundo os seus detratores, no pós-modernismo não há segurança ou confiabilidade histórica. A história é uma ficção, criada por quem está no poder, disseminada por pessoas aflitas que tentam dar sentido à vida. A queda do World Trade Center e a subsequente “guerra ao terror” foram interpretadas como a falência da pós-modernismo por muitos estudiosos. Se, como sugere o pós-modernismo, não existem fatos ou valores objetivos, tudo isso leva ao ceticismo e à dúvida moral.

PÓS-ESTRUTURALISMO

Já o pós-estruturalismo, a mais recente versão do pós-modernismo, se declara empenhado na superação dos paradigmas teóricos do passado. Muitos o consideram como um modismo de prestígio em certos meios culturais e acadêmicos. Como ocorre em outras versões “pós-modernas”, os pressupostos teóricos nem sempre são apontados e justificados de forma assertiva, mas a proposta é clara: trata-se de uma contestação dos fundamentos das ciências sociais e da própria filosofia, embasada em desenvolvimentos teóricos em torno do papel e da natureza da linguagem. Como fontes inspiradoras, mencionam-se Foucault, Derrida e Barthes. O sujeito histórico, fonte das práxis transformadoras do real, sofre um deslocamento e se dilui, substituído pelo poder ubíquo da linguagem e das “práticas discursivas”. “A linguagem constitui o sujeito” – esta seria a súpula da filosofia pós-estruturalista. A categoria da política enquanto mediação essencial da práxis transformadora se dissolve, visto que o poder já não é

referenciado a um centro, mas é concebido como uma miríade de focos, de “micropoderes”, em cujo nível se dá o jogo sempre reversível da dominação e da resistência. Para alguns marxistas, os efeitos da *linguistic turn* não se detêm por aí. Transmutada em linguagem ou discurso, a realidade destitui-se de toda objetividade. Já não é possível distinguir entre o verdadeiro e o falso, porquanto a própria distinção, criada pela linguagem, só possui valor contextual. Se não há verdade no sentido forte do termo, também não existe razão para se falar de ideologia ou de moralidade. Por este motivo, o viés é entendido como grave ameaça pelos estruturalistas, como fica patente na observação a seguir:

Ao lado da dessubstantivação do sujeito, da descentração da política e da desconstrução do conhecimento, o pós-estruturalismo realiza a “descausalização da história”, que passa a ser vista como lugar do fortuito e do contingente (...). Como sempre, o que se visa com tal discurso é a decretação da caducidade do marxismo, ao ensejo da crise do “socialismo real”. Confunde-se, sem mais, a crise de uma tradição marxista - o marxismo-leninismo - com a tradição marxista em geral. (ALMEIDA, 1999: p. 88).

O que podemos dizer diante desse apelo ao engajamento por uma causa? Pode o historiador ignorar a história que está acontecendo perante seus olhos? Podemos permanecer trancados em nosso laboratório, fazer dele nossa “torre de marfim”? Afinal, fazer ciência é, ou deveria ser, resistir. Esta é uma questão primordial, que gira em torno do papel social do historiador. “Tenho o direito de fazer história num mundo dilacerado, rompido, ensanguentado?”⁴ Foi pensando nessa angustiante questão que Marc Bloch (1886-1944) ingressou na resistência francesa, para poder lutar contra os

⁴ (FEBVRE, 1953: 32 apud DUMOULIN, 2017: p. 264).

nazistas, motivo pelo qual acabou sendo fuzilado de forma sumária, um ano antes do término do conflito. Marc Bloch levou seu papel a sério e tornou-se um herói, imortalizado em sua própria história. Mas talvez o mundo estivesse melhor se ele tivesse sobrevivido à guerra e escrito por mais uns anos. Pensemos nisto.

Defendemos que há outros modos de lutar. Ao ser confrontado com questões semelhantes, num contexto geográfico e temporal diverso e mais próximo de nós, temos o lúcido depoimento de Ferreira Gullar (1930-2016), poeta com reconhecida atuação na luta contra a ditadura no Brasil (1964-1985), recusando o pedido de um companheiro para ingressar na luta armada contra o regime:

(...) eu tenho o maior respeito por você, a maior amizade por você, mas eu não vou participar disso, eu não acredito em luta armada e depois, eu sou meio primário nisso. Mas eu digo a você o seguinte: quem tem arma aqui é o exército, a marinha e a aeronáutica. Nós não temos e vocês vão buscar a luta justamente no terreno onde nós não temos nada? É um senso comum, quer dizer, você tem armas para brigar com o Estado? Não. Você tem soldado, tem treinamento? Não tem. Agora, os caras têm arma, treinamento, rádio, equipamento, exército, quartel. em tudo o que é canto, aeroporto. E você quer brigar com eles, no terreno deles? Então eu acho que o nosso terreno é onde eles não têm equipamento. Sabe onde é? Ganhar as pessoas pelo pensamento, pela conversa, reivindicando direito, liberdade, democracia; o que eles não têm (GULLAR, 2012: 24).

Isto posto, seja em tempo de guerra ou de paz, talvez seja melhor nos resguardar para as lutas que sabemos lutar. A probabilidade de sucesso, ao atuar naquilo em que somos especialistas, sempre será maior. Diante do *revival* fascista por qual passa nosso mundo, com clamores públicos pelo

retorno do regime militar e a ascensão política de figuras tais como Donald Trump ou Jair Bolsonaro, nossas habilidades serão postas à prova em breve.

A NOVA HISTÓRIA

Que lugar poderia ocupar a mais recente vertente da revista *Annales* (da qual Bloch foi um dos fundadores), proponente da chamada “Nova História”? O desafio constante em toda história dos *Annales*, a de integrar os progressos das ciências sociais, parece esvaziar-se. A história se demite de seu estatuto científico autônomo e passa a constituir-se como “Antropologia histórica”, assumindo como objeto a interpretação da cultura material. Nessa linha, inserem-se trabalhos sobre a história do gosto, da etiqueta, das maneiras à mesa, tomadas como indicadores de diferenciação social. Mergulha-se então na descrição dos costumes que se manifestam no cotidiano. O cotidiano, passa a ser o quadro privilegiado dos “novos objetos” historiográficos: a criança, a mulher, a família, os marginalizados sociais, o homem comum (aqui se encaixam todas as vertentes dos “subaltern studies” e os estudos pós-coloniais: Bhabha, Said, Fanon, entre outros). Essa “microhistória” foi chamada por Carlo Ginzburg como “a ciência do vivido”, induzindo os historiadores à busca de novas fontes documentais: arquivos eclesiásticos, a tradição oral, a história de vida, a memória dos mais velhos, a iconografia, entre muitas mais.

Segundo essa perspectiva, alguns sugerem que nós, os historiadores que buscam estar cientes das tendências em voga no campo, estaríamos apenas nos refugiando numa paradoxal “história sem historicidade”, a partir da supervalorização do cotidiano: se o presente é ameaçador e o futuro está prenhe de incógnitas, melhor fazer da história uma ciência neutra, apenas descritiva, desprovida de qualquer dimensão analítica que cruze com a macropolítica.

Todos estão dedicando seus esforços para os microobjetos, micropoderes e microssaberes. “Curiosidades”, enfim, como acabou confessando Pierre Nora (1974). Mas não só: nove fora as virulentas denúncias de que a escola dos *Annales* seria uma “cabeça de ponte da colaboração com o imperialismo norte-americano”, esta desenvolveu trabalhos com o *Institut de Recherches Marxistes*, que são apresentados como “os pilares da verdadeira investigação da história do movimento operário” (DUMOULIN, 2017: 290). Gostaríamos de destacar, desse modo, como discursos contraditórios podem ser construídos, a partir de uma certa dose de incoerência.

Ainda sob a influência da etnografia, outro objeto tem sido privilegiado: a cultura. Esta tem sido analisada, sobretudo, sob a clivagem entre cultura erudita e popular. Com certeza este é um campo rico e promissor para o olhar histórico, não fosse o equívoco de tentar entender os dois níveis em separado, sem perceber a óbvia interconexão que se estabelece entre eles na constituição cultural de uma sociedade organizada sob síntese histórica. Esta é uma prova cabal que nosso discurso se constrói a partir de oposições binárias, um dualismo interpretativo inerente ao ser humano (que, segundo pesquisas recentes, parece estar ligado às deficiências intrínsecas de nossa mente imperfeita). O modelo etnográfico presta-se, então, muito bem a essa história pasteurizada, história dos tempos mortos, em que os conflitos e toda mudança significativa foram exorcizados. (ALMEIDA, 1999: 89).

Segundo esse prisma, este seria o motivo pelo qual historiadores não querem mais falar de “história” e sim de “histórias”. Descrições e curiosidades: este seria o segredo por trás do sucesso mercantil alcançado pela Nova História. Ao avaliarmos o contexto institucional em que todos vivemos e podemos reconhecer, onde todas as agências de fomento à pesquisa, nacionais ou internacionais, têm enfatizado a importância da produtividade

acadêmica, podemos lançar a questão: seria ilícito buscar algum sucesso financeiro e notoriedade para tentar viabilizar uma estratégia de produção científica duradoura e autossustentável? Será mesmo que estamos, neste exato momento, legando ao futuro uma história de qualidade duvidosa? Será que nos rendemos ao capitalismo e acabamos por adequar nossa produção intelectual a uma espécie de “linha de produção fordista” visando o lucro? Seria este viés exagerado, ou preconceituoso? Ora, para nosso ponto de vista, isso indica apenas que não é possível ao historiador despir-se de seu tempo, crenças e preconceitos, de modo a desenvolver uma análise imparcial (DUPRAT, 2015: 13). Não existe imparcialidade: somos todos motivados por uma matriz ideológica. Enfim, somos pessoas de nosso tempo e precisamos garantir nosso sustento. No mundo em que vivemos, é necessário ter renda para tudo, até para ter o “direito” de externar nossas opiniões. Contudo, não é necessário que o historiador se torne um fantoche do capitalismo para trabalhar e contribuir para seu campo. E inspirar alguns alunos de forma positiva.

A PESQUISA EM HISTÓRIA ANTIGA: ALGUMAS PECULIARIDADES

Nós, historiadores brasileiros da Antiguidade, nos defrontamos o tempo todo com certas questões. A mais recorrente é a reflexão apressada que está por trás do preconceito “a historiografia antiga é inútil porque não é a nossa”. Contudo, a ideia da ruptura entre passado e presente faz parte de uma discussão recorrente entre os teóricos atuais da historiografia. Para nós, o passado não tem dono e estudamos a Antiguidade para entender o presente. Mas o estudo das sociedades antigas traz desafios peculiares, que passa por discutir a situação dos estudos acerca do mundo antigo realizados no Brasil, em especial o universo greco-romano.

Argumentamos que a renovação dos estudos clássicos, em um contexto pós-moderno, é fundamental para repensarmos posturas acadêmicas diante do passado clássico e, também, reconsiderarmos o diálogo entre universidade e escolas (GARRAFFONI; FUNARI, 2010: 1).

A contemporaneidade enxerga os antigos com admiração e grandiosidade porque eles foram os pioneiros e constituem um manancial inesgotável, uma eterna fonte de inspiração. Uma evidência disso é que utilizamos terminologias que remetem à Antiguidade para batizar objetos no presente, com o intuito de emprestar-lhes alguma grandeza (por exemplo, os nomes dos planetas, as naves Apolo, os mísseis Ariadne e por aí se vai). Por meio de uma construção ideológica do Ocidente, o mais comum neste processo de busca do passado são as reivindicações que correspondem à Antiguidade Clássica, com a ideia de pertencimento ou legado da Grécia e Roma Antigas (BONFÁ, 2016: 13). O imperialismo dos antigos foi apropriado pelos modernos europeus e usado para justificar e consolidar seus respectivos nacionalismos.

Guarinello (2013), em seu livro *História Antiga*, apresenta mais uma dessas graves implicações e incoerências analíticas. Ele nos mostra que a constituição da História Antiga nos remete ao estudo das origens do Ocidente e é denominada como História Antiga por ser a primeira no início de uma sequência, por vezes, concebida como evolutiva: História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea. Além dessa definição, nos leva a refletir sobre o quão arbitrário é o recorte feito pela disciplina, que abrange Egito e Mesopotâmia, além de Grécia e Roma, essas figurando como Antiguidade Clássica. Contudo, não é possível falar de civilização greco-romana sem falar de Mesopotâmia, África e Egito, pois quase toda cultura ocidental se originou da cultura oriental e a Arqueologia

comprova⁵. Ademais, os intelectuais pós-coloniais vaticinam: a própria ideia de Oriente é invenção do Ocidente⁶. Torna-se patente a imprescindibilidade das teorias pós-coloniais. Por decerto que não se trata de modismo, são interpretações muito pertinentes, aquelas de Said, Bhabha e Fanon, entre muitos outros. Precisamos deles para contribuir para o campo e ir além. Não é uma tendência: trata-se do ponto de vista dos subalternos e precisamos dar conta desse viés, sempre. Por isso, nossa abordagem se preocupa em contestar modelos normativos e homogêneos de cultura e sociedade, enfatizando a diversidade e explorando a potencialidade da cultura material como meio de produzir reflexões críticas inerentes ao passado e ao presente (GARRAFFONI; FUNARI, 2010: 1).

Muitas vezes, os Estudos Clássicos foram utilizados sob um ponto de vista reacionário, para a defesa da ordem, das relações estabelecidas, das relações hierárquicas e de dominação em relação aos povos coloniais. Então, isso marcou muito a disciplina. Inclusive, na teoria, muito atrativas na aparência, mas muito conservadoras, como, por exemplo, a Paideia de Jaeger (1994), que apresenta uma visão muito idealizada, e que foi instrumentalizada pela direita. Entretanto, a Antiguidade pode servir para o contrário, iluminando certos aspectos que nos levam à interpretações diversas e paragens longínquas, tais como o Oriente e a África, incluindo-as no contexto e abrindo mão da falsa ideia de autoctonia dessa cultura ocidental, já que, a rigor, isso não existe. É impossível você ter acesso à Antiguidade sem passar pelos momentos posteriores, em especial os séculos XIX e XX. Isso quer dizer que a leitura sobre o passado foi muito enviesada (FUNARI, 2017: 24).

⁵ Saiba mais sobre o tema em BERNAL, 1987-2006.

⁶ SAID, 1978.

HISTÓRIA ANTIGA E ARQUEOLOGIA

Como já assinalava Alföldy (1989), não se pode conceber a História Antiga sem a Arqueologia. Não obstante, não é necessário ser arqueólogo para trabalhar com Arqueologia: historiadores podem interpretar os resultados das prospecções arqueológicas feitas por outros pesquisadores a milhares de quilômetros de distância, enfocando em vieses ainda não explorados. Basta respeitar as normas acadêmicas e referenciá-los com precisão. É mais fácil do que parece.

Por ocasião da virada do século XX para o XXI, observamos abordagens de vanguarda que transformaram os estudos clássicos. Os historiadores do mundo romano, acostumados com narrativas de cunho político, econômico ou militar, se depararam com o surgimento de uma geração de estudiosos preocupados com a revisão de conceitos consagrados, de críticas a modelos interpretativos de cunho normativo, além de múltiplas propostas sobre temas inéditos sendo explorados. Reflexões sobre a cultura romana, as relações de gênero, conflitos étnicos ou a formação das novas identidades a partir do embate entre romanos e não romanos, passaram a figurar com mais intensidade nas publicações acadêmicas especializadas. Este processo, que está inserido em um contexto muito mais amplo, resulta de questionamentos epistemológicos que as Ciências Humanas têm enfrentado desde a década de 1960. As críticas de M. Foucault⁷, por exemplo, proporcionaram uma revisão no papel dos acadêmicos e, aos poucos, foi enfim se concretizando a percepção na qual o historiador produz discursos sobre o passado, ressignificados a partir de suas próprias convicções, preconceitos e limitações. Assim, vários pressupostos, tão arraigados na historiografia,

⁷ (FOUCAULT, 1996 & 1997).

tais como a neutralidade, a objetividade, a busca pelo real, a essência de sujeitos universais e o ordenamento dos acontecimentos a partir da noção de classes sociais e seus conflitos socioeconômicos, entraram em xeque e foram revistos e criticados, abrindo espaço para repensar as categorias de análise do passado e as metodologias empregadas para sua interpretação (FUNARI; GARRAFFONI, 2008: 102).

Nossas reflexões acerca do mundo romano, quer gostem ou não, inserem-se neste contexto. Afinal, consideramos que *o estudo da Antiguidade Clássica não precisa reforçar preconceitos nem constituir-se em elemento de opressão* (FUNARI, 1995a: 31). Por outro lado, devemos ter em conta que a cultura material é o resultado direto do trabalho humano, enquanto o documento escrito é uma representação ideológica da realidade, transposta para o texto. Os documentos escritos informam-nos sobre as ideias de seus autores, em geral, uma elite masculina que sabia ler e escrever. *A escrita, assim, é um instrumento de poder, de classe* (FUNARI, 2003: 40).

Deste modo, acreditamos que muitas pesquisas que se restringem seus *corpora* às obras literárias podem incorrer em imprecisões, naturalizando discursos e cristalizando opiniões que, na realidade, não eram compartilhadas pela maioria da sociedade. A observação abaixo resume nossa posição:

Para um período como o da História romana ou grega (...) apenas a Arqueologia podia trazer informações concretas e se tinha a consciência clara que a literatura era “fonte”, mas de um valor decerto relativo, erudito, elitista (...). Quem lia? Quem escrevia? Quem nos garantia a fidelidade das versões chegadas até nós? (ENCARNAÇÃO, 2010: 13).

Por tais razões destacamos a centralidade da Arqueologia como ferramenta, não só para compor quadro mais amplo de evidências, como

também para refutar certas ideias contidas nessas fontes escritas, que muitas vezes informam mais sobre a opinião dos seus autores do que a “realidade” que eles julgavam contar. Cabe destacar que nossas pesquisas giram em torno da contribuição econômica dos menos letrados, do povo miúdo e, portanto, encaixam-se com perfeição nos “subaltern studies” e na história do cotidiano, priorizando a cultura material como fonte primária e recorrendo aos recortes temporais em “longue durée”. Nossas análises buscam reinterpretar teorias que dominaram os debates sobre o caráter da Economia Antiga, em especial a greco-romana, desde meados do século passado. Ao trabalhar com a economia, em certa medida nos distanciamos da tendência historiográfica de privilegiar a cultura, como já mencionamos. Já acumulamos alguma tradição de pesquisa arqueológica no campo da economia romana. Graças ao grande número de evidências disponíveis, o conhecimento tem evoluído, tanto no campo das economias provinciais quanto no da metrópole. Inúmeros artefatos resultantes de escavações arqueológicas e o rico material epigráfico recuperado têm fomentado pesquisas que oferecem um quadro mais representativo das atividades econômicas desenvolvidas.⁸

EPÍLOGO: OS TEMPOS PÓS-MODERNOS E SEU IMPACTO

De maneira a oferecer uma síntese explicativa, o sistema colonial euro americano entrou em retumbante colapso no curto espaço de um terço de século. O colapso começou com os bem-sucedidos movimentos de descolonização no final dos anos 40 e 50, nos quais primeiro a Índia, depois a China, foram libertadas do domínio colonial, direto ou indireto. Durante

⁸ A epigrafia representa, portanto, um manancial insubstituível. Conforme aponta Encarnação, “pouco saberíamos da organização romana na Península Ibérica se não tivéssemos os documentos epigráficos” (ENCARNAÇÃO, 2010: 13).

a década de 1950, a maioria das colônias africanas da Europa lutava pela libertação. Em 1959, Cuba abandonou o domínio americano e, no final da década de 1960, a maior parte do Caribe, a Ásia e a África estavam livres do controle político europeu, embora muitos mantivessem suas relações econômicas com o Ocidente. Mais notável, a derrota dos americanos no Vietnã marcou o evento mais “descolonizante” da década de 1970. Contudo, a contrapartida derrota dos soviéticos no Afeganistão, um pouco mais tarde, embora menos retumbante, foi mais importante porque o fracasso soviético nessa guerra colonizadora minou muito o capital moral e econômico de um sistema soviético já combalido. Aqui está um exemplo notável em que o fracasso em colonizar levou ao colapso do próprio regime colonizador. Em 1990, o muro caiu e não era apenas a Guerra Fria que havia terminado. Mais importante, foi que o sistema colonial que havia começado há meio milênio do início da década de 1490, estava em seu ocaso enquanto sistema político mundial formal. Nos termos mais simples, o colapso do sistema colonial destruiu a base econômica fundamental para o chamado mundo moderno. Decerto que isso não significa que tudo o que acontecera antes tenha desaparecido. De fato, o sistema mundial recém-estruturado foi capaz de adaptar-se com uma rapidez incomum e saltou para uma versão “moderna” e atualizada do capitalismo. Mas o fato permanece (mesmo que não concordemos no que tudo isso possa significar): o clássico sistema mundial moderno, baseado em meio milênio de colonização, entrou em colapso (LEMERT, 1997: 32-3).

Como acontecimentos recentes tivemos, em suma: o atentado às torres gêmeas em 11 de setembro de 2001 e o advento de um novo tipo de guerra, midiático, baseado no terror e na incerteza, com o exército islâmico destruindo monumentos e cortando cabeças em horário nobre, exortando que sua missão é uma espécie de “cruzada às avessas”; a Guerra da Síria

e a crise dos refugiados, a maior crise humanitária do século (estaríamos assistindo a uma “nova” invasão dos bárbaros?) e o seu desdobramento, o recrudescimento da xenofobia, o que acabou por provocar a saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*); correndo por fora (ou correndo por dentro), temos assistido à instauração de um panorama político mundial que fortalece políticas neoliberais e um discurso de direita com nuances neofascistas, voltados ao confronto e dividindo a opinião pública, exemplificadas pela eleição e gestão de Donald Trump, além do recrudescimento da direita aqui na América Latina, exemplificada pela eleição de Bolsonaro; ou, também, a inclusão forçada da China (socialista por dentro mas capitalista por fora) no tabuleiro das relações internacionais como um poder econômico e político irresistível e incontornável. Será que não estamos assistindo à reação do “Ocidente” em relação ao crescente poder do “Oriente”? O velho embate está em voga.

Todas as questões acima mencionadas estão reverberando e impondo uma ressignificação das relações nos tempos de que vivemos agora, marcados pela incerteza: será que a humanidade está livre de um novo holocausto, com outros algozes e novas vítimas? Será mesmo que a História é uma *magistra vitae* (mestra da vida), será que podemos aprender com ela? Temos nossas dúvidas. Mas isto não quer dizer que a história que fazemos seja inútil e inócua. Como já dissemos, decerto que há contribuições mais engajadas do que outras, mas todas são válidas, mesmo que cometam enganos, haja visto que até as imprecisões do passado podem ser interpretadas sob a égide da interdisciplinaridade, suscitando novos e empolgantes vieses para o presente.

Muitos dizem que o pós-modernismo, enquanto movimento de renovação, está morto e enterrado. O que vai suceder o pós-modernismo? Ninguém sabe; mal sabemos o que foi o pós-modernismo. No entanto, há

uma certa ansiedade de que o próximo movimento possa ser ainda mais polêmico e corrosivo. Um temor paira: que a próxima fase possa ser ditada pelo totalitarismo, nacionalismo ou fundamentalismo religioso. Não sabemos dizer se somos pós-modernos ou talvez pós/pós-modernos, por falta de uma denominação melhor. Mas nos sentimos parte de uma nova geração de historiadores que está emergindo, comprometidos com a equidade e coerência, que acredita que há muitas histórias para recontar, enfatizando a crítica social e buscando um mundo mais justo, respeitando as minorias e defendendo oportunidades para todos. Afinal, *fazer ciência é resistir*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Antônio. L. C. *Pós-modernismo, pós-estruturalismo e Nova História: a recusa da razão totalizante*. Pro-Posições, vol. 8, n. 2 [23], 1999, pp. 85-91.
- ALFÖLDY, G. *A história social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.
- BERGER, Stefan; FELDNER, H.; PASSMORE, Kevin. *Writing History: theory and practice*. London: Bloomsbury, 2010.
- BERNAL, Martin. *Black Athena: the afroasiatic roots of Classical Civilization*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 3 vols., 1987-2006.
- BONFÁ, Douglas Cerdeira. Antiquidade, identidade e os usos do passado. *Revista Est. Fil. e Hist. da Antiquidade*, Campinas, nº 30, jan-dez 2016, pp. 11-32.
- CAINE, Barbara. *Biography and History*. Basingstoke; New York: Palgrave Macmillan, 2010.
- CHIBBER, Vivek. *Post colonial theory and the specter of capital*. New Delhi : Navayana Publishing, 2013.
- DUMOULIN, Olivier. *O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

- DUPRAT, Paulo Pires. *Economia e romanização em Bracara Augusta durante o Alto- Império: uma reflexão comparativa*. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: PPGHC/UFRJ, 2015.
- EVANS, Richard J. *In defence of History*. London: Granta Books, 2000.
- ENCARNAÇÃO, José d'. *As pedras que falam: epigrafia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FUNARI, P.P.A. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.
- FUNARI, P.P.A. *Antiguidade Clássica: a História e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.
- FUNARI, P.P.A. *Entrevista com Pedro Paulo Funari: a trajetória de um classicista brasileiro*. (realizada por Glaydson José da Silva e Renata Senna Garraffoni). Revista Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 2, n. 2, dezembro, 2017, pp. 17-26
- GARRAFFONI, Renata S.; FUNARI, P. P. A. *Considerações sobre o estudo da Antiguidade Clássica no Brasil*. *Acta Scientiarum. Education*. Maringá, v. 32, n. 1, 2010, pp. 1-6.
- GUHA. Ranajit. *History at the limit of World-History*. New York: Columbia University Press, 2002.
- GULLAR, FERREIRA. *Cultura e política: entrevista com Ferreira Gullar* (realizada por Marcelo Ridenti. Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo – Dossiê, Maio de 2012, pp. 4-62. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/dossie07/>. Acesso em 31/07/2018, às 22:51h.
- JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1994
- JENKINS, Keith (org.). *The postmodern history reader*. London : Routledge, 1997.
- LEMERT, Charles. *Postmodernist is not what you think: why globalization threatens modernity*. London: Paradigm, 2005, c1997.

- LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Trad. Patricia de Q. C. Zimbres. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.
- LINDEN, Marcel van der. *História do trabalho: o velho, o novo e o global*. *Mundos do Trabalho*, 1 (1), jan-jun, 2009, pp. 11-26.
- LORIGA, Sabina. *A tarefa do historiador*. In: Angela de Castro Gomes & Benito Bisso Schmidt (orgs.), *Memórias e narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- LÜDTKE, Alf. *De los héroes de la resistencia a los coautores: "Alltagsgeschichte" en Alemania*. *Ayer* (19). "La historia de la vida cotidiana", 1995, pp. 49-69.
- LÜDTKE, Alf; PÉREZ, Josep Monter. *Sobre los conceptos de vida cotidiana: articulación de las necesidades y conciencia proletaria*. *Historia Social*, (10), 1991, pp. 41-61.
- NOIRIEL, Gérard. *Sur la "crise" de l'histoire*. Paris: Folio Histoire, 2005.
- NORA, Pierre. *Le Nouvel Observateur*, 7 May 1974.
- STEEGE, Paul et al. *The history of everyday life: a second chapter*. *The Journal of Modern History*, Vol. 80, n. 2, Jun 2008, pp. 358-378.
- PASSMORE, Kevin. *Poststructuralism and history*. In: Berger, S.; Feldner, H.; Passmore, K. (eds.). *Writing History: theory and practice*. London: Bloomsbury, 2010, Cap. 7, pp. 118-140.
- SAID, Edward S. *Orientalism*. London: Penguin Books, 1978.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Subaltern studies: deconstructing historiography*. In: Ranajit Guha & Gayatri Chakravorty Spivak (eds.). *Selected Subaltern studies*. New York: Oxford University Press, 1988, pp. 197-221.